



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**



Fevereiro/2015

**Concurso Público para provimento de cargos de**  
**Analista do Tesouro Estadual**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA OBJETIVA**

**CONHECIMENTOS GERAIS**  
**(P1)**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**CONHECIMENTOS GERAIS (P1)****Língua Portuguesa**

**Instruções:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Filosofia de borracharia**

*O borracheiro coçou a desmatada cabeça e proferiu a sentença tranquilizadora: nenhum problema com o nosso pneu, aliás quase tão calvo quanto ele. Estava apenas um bocado murcho.*

– Camminando si sgonfia\* – explicou o camarada, com um sorriso de pouquíssimos dentes e enorme simpatia.

*O italiano vem a ser um dos muitos idiomas em que a minha abrangente ignorância é especializada, mas ainda assim compreendi que o pneu do nosso carro periclitante tinha se esvaziado ao longo da estrada. Não era para menos. Tendo saído de Paris, havíamos rodado muito antes de cair naquele emaranhado de fronteiras em que você corre o risco de não saber se está na Áustria, na Suíça ou na Itália. Soubemos que estávamos no norte, no sótão da Itália, vendo um providencial borracheiro dar nova carga a um pneu sgonfiato.*

*Dali saímos – éramos dois jovens casais num distante verão europeu, embarcados numa aventura que, de camping em camping, nos levaria a Istambul – para dar carga nova a nossos estômagos, àquela altura não menos sgonfiati. O que pode a fome, em especial na juventude: à beira de um himalaia de sofrível espaguete fumegante, julguei ver fumaças filosóficas na sentença do toско borracheiro. E, entre garfadas, sob o olhar zombeteiro dos companheiros de viagem, me pus a teorizar.*

*Sim, camminando si sgonfia, e não apenas quando se é, nesta vida, um pneu. Também nós, de tanto rodar, vamos aos poucos desinflando. E por aí fui, inflado e inflamado num papo delirante. Fosse hoje, talvez tivesse dito, infelizmente com conhecimento de causa, que a partir de determinado ponto carecemos todos de alguma espécie de fortificante, de um novo alento para o corpo, quem sabe para a alma.*

\* **Camminando si sgonfia** = andando se esvazia. **Sgonfiato** é vazio; **sgonfiati** é a forma plural.

(Adaptado de: WERNECK, Humberto – **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre, Arquipélago, 2011, p. 85-86)

1. A expressão em italiano, dirigida aos dois jovens casais pelo borracheiro,
- (A) confundiu ainda mais aqueles aventureiros, que já se sentiam um tanto perdidos no emaranhado de estradas fronteiriças.
  - (B) deu aos turistas a certeza de que se encontravam na Itália, embora eles não atinassem com o sentido daquelas palavras.
  - (C) acabou propiciando uma interpretação mais abrangente, que resultou numa teoria posteriormente levantada numa refeição.
  - (D) deu oportunidade a que todos reconhecessem na frase do borracheiro a filosofia que ele havia inculcido nela para orientar os jovens.
  - (E) foi tomada em sentido puramente metafórico, já que parecia não se aplicar ao problema que os fez parar na borracharia.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A frase dita pelo borracheiro nada indiciou aos jovens turistas, que não sabiam em que país estavam – o que só veio a se esclarecer durante a refeição tipicamente italiana.
- II. A familiaridade que um dos jovens revelou ter com o idioma italiano permitiu-lhe deduzir da frase do borracheiro uma súmula filosófica.
- III. Como conclusão do antigo episódio narrado, o cronista lembra o quanto a vida acaba por nos tornar necessitados de novo ânimo para seguir vivendo-a.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Por valorizar recursos expressivos da linguagem, o autor da crônica,

- (A) na expressão *quase tão calvo quanto ele* (1º parágrafo), qualifica o borracheiro com um termo familiarmente aplicado a um pneu já muito gasto.
- (B) no segmento *minha abrangente ignorância é especializada* (3º parágrafo), é irônico ao atribuir a *ignorância* qualidades aplicáveis a um alto conhecimento.
- (C) na expressão *num distante verão europeu* (4º parágrafo), utiliza um indicador de **tempo** para denotar a extensão do território percorrido.
- (D) em *à beira de um himalaia* (4º parágrafo), deixa claro que os viajantes agora se acercavam de uma alta cordilheira, semelhante à asiática.
- (E) em *inflado e inflamado* (5º parágrafo), vale-se de sinônimos para reforçar o estado de espírito reflexivo da personagem.

4. Sem prejuízo para o sentido do contexto, pode-se substituir o elemento sublinhado no segmento

- (A) *proferiu a sentença tranquilizadora* (1º parágrafo) por **opinião consoladora**.
- (B) *nosso carro periclitante* (3º parágrafo) por **indomável**.
- (C) *um providencial borracheiro* (3º parágrafo) por **previdente**.
- (D) *juoguei ver fumaças filosóficas* (4º parágrafo) por **presunções de filosofia**.
- (E) *sob o olhar zombeteiro* (4º parágrafo) por **exame indolente**.



5. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Entre os muitos idiomas de que o autor se confessou ignorante estava o italiano, mas acabaram por lhe parecer inteligíveis as palavras ditas pelo borracheiro.
- (B) É comum que, ao longo de uma viagem, a condição adversa das estradas descuidadas venham a desgastar os pneus de um carro já periclitante.
- (C) Não ocorreram aos jovens viajantes que aquele emaranhado de estradas fronteiriças poderiam ser esclarecidas com um detalhado mapa daquela região.
- (D) Não é incomum que se atribuam a palavras ditas inocentemente um sentido filosófico inteiramente fora do alcance e da previsão de quem as proferiram.
- (E) Muita gente gostaria de se aventurarem pelas estradas europeias, ainda que num carrinho periclitante e sem conhecimento das línguas que se fala nos diferentes países.

6. Está inteiramente correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tosco borracheiro italiano seria incapaz de suspeitar que se atribuissem aquela sua frase o alto sentido filosófico que dela se derivou.
- (B) Um dos jovens viajantes se dispôs à filosofar, atribuindo-se um sentido superior à frase que o simplório borracheiro jamais poderia conter.
- (C) Por vezes, é possível atribuir às palavras de uma frase simples, ou mesmo banal, um sentido outro, que elas acabam por sugerir aos imaginosos.
- (D) Já envelhecido, o autor da crônica confessa-nos de que a vida, de fato, lhe incutiu na frase do borracheiro um sentido cada vez mais oportuno e atualizado.
- (E) Em meio à países em cujas fronteiras se entrelaçam é difícil buscar-se orientação precisa, sobretudo quando se desconhece a língua de uma região.

7. Atente para a seguinte construção: O borracheiro explicou-nos que os pneus haviam esvaziado com o uso, e que era fácil resolver aquele problema.

Empregando-se o discurso direto, a frase deverá ser: O borracheiro explicou-nos:

- (A) – Os pneus com o uso tinham esvaziado, mas seria fácil resolver o problema.
- (B) – Os pneus se esvaziaram com o uso, é fácil resolver este problema.
- (C) – Com o uso os pneus terão se esvaziado, seria fácil resolver esse problema.
- (D) – Os pneus com o uso estavam vazios, vai ser fácil resolver seu problema.
- (E) – Com o uso os pneus estão esvaziando, problema este que seria fácil resolver.

8. Se numa transformação da frase *O borracheiro coçou a desmatada cabeça e proferiu a sentença tranquilizadora* atribuímos aos termos sublinhados a função de **sujeito**, as formas verbais que lhes correspondem deverão ser, na ordem dada:

- (A) havia coçado – tinha proferido
- (B) coçara – proferira
- (C) tinha coçado – teria proferido
- (D) estava sendo coçada – tinha sido proferida
- (E) foi coçada – foi proferida

- Atenção:** As questões de números 9 a 16 referem-se ao texto abaixo.

**“O povo não gosta de música clássica”**

*Estudante de Letras, mal chegado à faculdade, comecei a dar aulas de Português numa escola pública da periferia da cidade. Estava feliz porque gostei do trabalho de professor, nessa escola estadual frequentada sobretudo por comerciários, office boys, aprendizes de ofício, feirantes etc. Éramos quase todos da mesma idade, havia camaradagem entre nós.*

*Um dia convidei um grupinho dos mais chegados pra ir à minha casa ouvir música. “Música clássica”, adverti. Preparei um programinha meio didático, dentro da sequência histórica, com peças mais ou menos breves que iam do canto gregoriano a Villa-Lobos. Comentava as diferenças de estilo, de sentimento, de complexidade. A sessão toda durou quase duas horas, incluindo minhas tagarelices. Gostaram muito.*

*Dois ou três dias depois, um deles (pobre, como os outros) apareceu na aula com um embrulho na mão. “Professor, comprei hoje isso pra mim. O senhor acha que essa música é boa?” Era um LP de Tchaikovsky, talvez com sinfonias ou aberturas, não me lembro. Disse que sim, e ele saiu todo sorridente. Imaginei a cena do dia: ele entrando numa casa de disco do centro da cidade e pedindo um “disco de música clássica”. Venderam-lhe uma gravação barata, nacional.*

*Ao final do ano letivo despediu-se de mim (sairia da escola, concluído o primeiro grau) e me deixou na mão um bilhetinho. Não decorei as palavras, que eram poucas, mais ou menos estas: “Professor, muito obrigado por me fazer gostar de música clássica”. Desmoronei um pouco, pensando em como este país poderia ser diferente. Não lhe disse, na hora, que a gente pode gostar naturalmente de qualquer música: é preciso que não obstruam nosso acesso a todos os gêneros musicais. E embora seja quase impossível que estas palavras cheguem ao meu antigo aluno, pergunto-lhe agora, com mais de quatro décadas de atraso: “Então, seu Carlos, gostou do Tchaikovsky?”*

(Teotônio Ramires, inédito)

9. No título do texto formula-se um preconceito que pode ser combatido, o que decorreria tomada a precaução expressa em:
- (A) Éramos quase todos da mesma idade, havia camaradagem entre nós.
- (B) Estava feliz porque gostei do trabalho de professor.
- (C) (...) ele entrando numa casa de disco do centro da cidade e pedindo um “disco de música clássica”.
- (D) (...) é preciso que não obstruam nosso acesso a todos os gêneros musicais.
- (E) Desmoronei um pouco, pensando em como este país poderia ser diferente.



<p>10. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. As informações do primeiro parágrafo do texto ressaltam a responsabilidade que teriam nossas escolas públicas de oferecerem em seu currículo atividades culturais até então negligenciadas.</p> <p>II. A providência do jovem professor junto a um grupo de alunos seguiu um certo método, tal como o indicam expressões como <i>programinha meio didático e sequência histórica</i>.</p> <p>III. No quarto parágrafo, o autor sugere que sua emoção de jovem professor diante do bilhete do aluno deveu-se à convicção de que muitos brasileiros poderiam beneficiar-se da mesma iniciativa.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II.</p>	<p>13. Na frase <i>As músicas ..... eu lhes ia dando informação foram ouvidas pelos alunos com uma compenetração ..... sinceridade ninguém poderia duvidar</i>, preenchem adequadamente as lacunas:</p> <p>(A) sobre cujas – cuja</p> <p>(B) de que – na qual</p> <p>(C) com que – onde a</p> <p>(D) sobre as quais – de cuja</p> <p>(E) pelas quais – da qual</p>
<p>11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido do seguinte segmento:</p> <p>(A) <i>dentro da sequência histórica</i> (2º parágrafo) = incluída a consequência dos fatos</p> <p>(B) <i>comentava as diferenças de estilo</i> (2º parágrafo) = observava as dissensões elegantes</p> <p>(C) <i>incluindo minhas tagarelices</i> (2º parágrafo) = contando o meu papaguear</p> <p>(D) <i>desmoronei um pouco</i> (4º parágrafo) = fiquei um tanto espavorido</p> <p>(E) <i>não obstruam nosso acesso</i> (4º parágrafo) = não deviam nossa interdição</p>	<p>14. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Com atenção, eles ouviam as músicas que eu selecionara para eles.</p> <p>II. Eles gostavam especialmente dos movimentos lentos, que lhes pareciam mais poéticos.</p> <p>III. Atenção especial foi dada aos compositores românticos, sobre os quais fiz comentários emocionados.</p> <p>A exclusão da vírgula acarretará mudança de sentido APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>12. Há adequada correlação entre os tempos e modos verbais presentes na seguinte frase:</p> <p>(A) Como bom professor, já havia se programado para que pudera bem informar aos alunos que terão ouvido músicas clássicas.</p> <p>(B) O aluno Carlos se dispusera a comprar um disco de Tchaikovsky, vindo em seguida perguntar ao professor se havia feito uma boa escolha.</p> <p>(C) Como ele pediu um disco de música clássica não tendo sido muito caro, vender-lhe-iam uma gravação nacional das mais baratas.</p> <p>(D) Pudessem todos os jovens brasileiros ter oportunidade de ouvir música clássica, compositores como Tchaikovsky haverão de encantar a muitos.</p> <p>(E) Apesar de não ser provável que a pergunta chegara ao seu antigo aluno, o professor decidia formulá-la para expressar uma curiosidade ainda viva.</p>	<p>15. Da pressuposição de que ..... passa-se à inferência de que .....</p> <p>Em relação ao texto, a frase acima expressará um pensamento coerente preenchendo-se as lacunas, na ordem dada, com os segmentos:</p> <p>(A) os estudantes não gostam de música clássica – não há atividade escolar que os leve a apreciá-la.</p> <p>(B) os adolescentes não gostam de música clássica – quando forem adultos saberão apreciá-la.</p> <p>(C) a música clássica é para ouvidos refinados – todos podem gostar dela se a ouvirem com constância.</p> <p>(D) a música clássica tem um mesmo sentido para todos – pouca gente aprecia-a com sinceridade.</p> <p>(E) toda música clássica é de alta qualidade – quem gosta de música popular não lhe dará atenção.</p>



16. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Nenhum dos alunos que estavam ouvindo as músicas que eu selecionara se ..... (**dispor**) a interromper a sessão.
- (B) A variação dos compositores apresentados ..... (**indicar**) minha preocupação didática: fazê-los ouvir um pouco de tudo.
- (C) Percebi que os andamentos mais melancólicos, sobretudo os do Romantismo, ..... (**deixar**) em cada um deles uma expressão nostálgica.
- (D) É possível que a muitos deles ..... (**interessar**) repetir aquela experiência, que não deixara de ser uma grande revelação.
- (E) Foi gratificante notar que, ao final da sessão, o gosto pelos clássicos ..... (**começar**) a se incutir em todos eles.

**Atenção:** As questões de números 17 a 20 referem-se ao texto seguinte.

### A lanterna

*Apaguei todas as luzes, e não foi por economia; foi porque me deram uma lanterna de bolso, e tive a ideia de fazer a experiência de luz errante.*

*A casa, com seus corredores, portas, móveis e ângulos que recebiam iluminação plena, passou a ser um lugar estranho, variável, em que só se viam seções de paredes e objetos, nunca a totalidade. E as seções giravam, desapareciam, transformavam-se. Isso me encantou. Eu descobria outra casa dentro da casa.*

*A lanterna passava pelas coisas com uma fantasia criativa e destrutiva que subvertia o real. Mas que é o real, senão o acaso da iluminação? Apurei que as coisas não existem por si, mas pela claridade que as modela e projeta em nossa percepção visual. E que a luz é Deus.*

*A partir daí entronizei minha lanterna em pequeno nicho colocado na estante, e dispensei-me de ler os tratados que me perturbavam a consciência. Todas as noites retiro-a de lá e mergulho no divino. Até que um dia me canse e tenha de inventar outra divindade.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 25)

17. Atente para a seguinte frase do texto:

*A lanterna passava pelas coisas com uma fantasia criativa e destrutiva que subvertia o real.*

Uma nova, clara e correta redação revela adequada compreensão do que diz a frase acima em:

- (A) Ao passar pelas coisas, a iluminação da lanterna fantasiosa criava o real, para em seguida destruí-lo.
- (B) O real ficava subvertido pela ação da lanterna, da fantasia que criava e destruía as coisas.
- (C) A realidade das coisas projetava sua fantasia criativa conforme passava por ela a luz da lanterna.
- (D) Passando pelas coisas, a lanterna acesa fantasiava e destruía a subversão do real iluminado.
- (E) A fantasia e a criação da lanterna, cuja luz passava pelas coisas, subvertia-se diante do real.

18. Nas expressões *a luz é Deus* (3º parágrafo) e *mergulho no divino* (4º parágrafo), ressalta-se um respeito religioso, o qual também está sugerido no seguinte segmento:

- (A) *entronizei minha lanterna em pequeno nicho.*
- (B) *tive a ideia de fazer a experiência de luz errante.*
- (C) *passou a ser um lugar estranho, variável.*
- (D) *dispensei-me de ler os tratados.*
- (E) *só se viam seções de paredes e objetos.*

19. Ganhei uma lanterna e passei a explorar a lanterna, projetando a luz que emanava da lanterna para transfigurar os cantos e objetos familiares da casa, dotando a lanterna desse poder divino de criar as coisas ao mesmo tempo que ilumina as coisas.

Evitam-se as viciosas repetições acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) *explorar-lhe – lhe emanava – dotando-a – ilumina-as*
- (B) *explorá-la – a emanava – dotando-lhe – as ilumina*
- (C) *a explorar – nela emanava – dotando-lhe – lhes ilumina*
- (D) *lhe explorar – emanava dela – dotando-a – ilumina-lhes*
- (E) *explorá-la – dela emanava – dotando-a – as ilumina*

20. Atente para as seguintes frases:

- I. *Deram-me uma lanterna de bolso.*
- II. *Passei a projetar a luz da lanterna nos cantos da casa.*
- III. *Os cantos da casa não me eram mais familiares.*
- IV. *A luz da lanterna transfigurava os cantos da casa.*

As frases acima estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:

- (A) *A lanterna de bolso, que me deram, passei a projetar sua luz nos cantos da casa que, antes familiares, eram assim transfigurados por aquela luz.*
- (B) *A luz da lanterna de bolso que me deram passei a projetar nos cantos da casa, tão familiares, cujos passaram a ser então transfigurados.*
- (C) *Me deram uma lanterna de bolso em cuja luz passei a projetar nos cantos da casa que, à essa altura, não me eram mais familiares, porquanto transfigurados.*
- (D) *Deram-me uma lanterna de bolso, cuja luz passei a projetar nos cantos da casa, que, até então familiares, estavam agora transfigurados.*
- (E) *A lanterna de bolso que me deram tinha uma luz que me pus a projetar sobre os cantos da casa, cuja familiaridade era agora como que se estivessem transfigurados.*

**Matemática Financeira**

21. Se Ricardo aplicar 75% de seu capital, durante 6 meses, poderá resgatar no final de 6 meses o montante correspondente a R\$ 16.302,00. Se ele aplicar o restante do capital, durante 8 meses, poderá resgatar no final de 8 meses o montante correspondente a R\$ 5.512,00. Ricardo, então, decide aplicar todo o capital, durante 10 meses, resgatando todo o montante no final de 10 meses. Considerando que as aplicações são realizadas sob o regime de capitalização simples e com a mesma taxa de juros, o montante que ele resgatará no final de 10 meses será de
- (A) R\$ 21.500,00  
(B) R\$ 22.037,50  
(C) R\$ 22.198,75  
(D) R\$ 22.360,00  
(E) R\$ 23.650,00
- 
22. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, tal que
- (A)  $J \leq 1.100$   
(B)  $1.100 < J \leq 1.200$   
(C)  $1.200 < J \leq 1.300$   
(D)  $1.300 < J \leq 1.400$   
(E)  $J > 1.400$
- 
23. Um investidor aplica, em uma mesma data, os seguintes capitais:
- I. R\$ 11.600,00, durante 15 meses, sob o regime de capitalização simples.  
II. R\$ 20.000,00, durante 1 semestre, sob o regime de capitalização composta, a uma taxa de juros de 3% ao trimestre.
- Se os valores dos juros das duas aplicações são iguais, então a taxa de juros anual da primeira aplicação é de
- (A) 8,4%  
(B) 9,0%  
(C) 9,6%  
(D) 10,5%  
(E) 10,8%
- 
24. Suponha que a taxa de inflação apresentada em um determinado período foi de 5%. Se uma pessoa investiu R\$ 25.000,00 no início deste período e resgatou no respectivo final todo o correspondente montante no valor de R\$ 26.827,50, significa que a taxa real de juros obtida por esta pessoa no período foi de
- (A) 2,00%  
(B) 2,20%  
(C) 2,31%  
(D) 2,57%  
(E) 2,75%



25. Um capital de R\$ 15.000,00 é aplicado, durante 2 anos, à taxa de 5% ao semestre com capitalização contínua. Dos valores abaixo, o mais próximo do valor dos juros desta aplicação é
- (A) R\$ 3.076,00  
(B) R\$ 3.155,00  
(C) R\$ 3.321,00  
(D) R\$ 3.487,00  
(E) R\$ 3.653,00
- Dados:  
 $\ln(1,051271) = 0,05$ ;  $\ln(1,105171) = 0,10$ ;  $\ln(1,161834) = 0,15$  e  
 $\ln(1,221403) = 0,20$ ; em que  $\ln$  é o logaritmo neperiano, tal que  $\ln(e) = 1$ .
- 
26. A taxa de desconto utilizada em um banco para as operações de desconto de títulos é de 24% ao ano. Se um título é descontado neste banco 3 meses antes de seu vencimento, verifica-se que o valor do desconto comercial simples supera o valor do desconto racional simples em R\$ 73,80. O valor atual do título, considerando o desconto comercial simples, é igual a
- (A) R\$ 19.768,20  
(B) R\$ 20.238,20  
(C) R\$ 20.285,20  
(D) R\$ 20.332,20  
(E) R\$ 20.426,20
- 
27. Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a
- (A) R\$ 27.000,00  
(B) R\$ 29.160,00  
(C) R\$ 30.326,40  
(D) R\$ 31.492,80  
(E) R\$ 32.659,20
- 
28. O adquirente de um imóvel deverá quitar a respectiva dívida por meio de 60 prestações mensais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo 1 mês após a data de aquisição do imóvel. Sabe-se que foi adotado o sistema de amortização constante a uma taxa de 1,2% ao mês com o valor da décima prestação igual a R\$ 4.030,00. O valor da vigésima prestação é igual a
- (A) R\$ 3.640,00  
(B) R\$ 3.670,00  
(C) R\$ 3.700,00  
(D) R\$ 3.730,00  
(E) R\$ 3.760,00
- 
29. Uma dívida no valor de R\$ 20.000,00 vai ser paga em 30 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data de formação da dívida. Utilizou-se o sistema de amortização francês com uma taxa de 2% ao mês. Pelo quadro de amortização, obtém-se que o saldo devedor imediatamente após o pagamento da primeira prestação é de R\$ 19.507,00. O valor da cota de amortização incluído no valor da segunda prestação é de
- (A) R\$ 502,86  
(B) R\$ 512,72  
(C) R\$ 522,58  
(D) R\$ 532,44  
(E) R\$ 542,30



30. Os dois fluxos de caixa abaixo, referentes aos projetos X e Y, apresentam a mesma taxa interna de retorno positiva anual.

Ano	Projeto X R\$	Projeto Y R\$
0	- 2.000,00	- D
1	550,00	275,00
2	1.815,00	968,00
3	0,00	1.197,90

O desembolso inicial (D) do projeto Y é igual a

- (A) R\$ 1.750,00
- (B) R\$ 1.800,00
- (C) R\$ 1.850,00
- (D) R\$ 1.900,00
- (E) R\$ 1.950,00

### Estadística e Raciocínio Lógico

**Instruções:** Para resolver às questões de números 31 e 32 utilize, dentre as informações dadas a seguir, as que julgar apropriadas.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,5) = 0,691; \quad P(Z < 1) = 0,841; \quad P(Z < 1,2) = 0,885; \quad P(Z < 1,28) = 0,90.$$

31. Com o objetivo de se estimar a idade média,  $\mu$ , em anos, de ingresso no primeiro emprego formal de jovens de determinada comunidade, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 jovens da população de jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho formal. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Idade (em anos)	Frequência Relativa
18 — 20	0,10
20 — 22	0,30
22 — 24	0,35
24 — 26	0,25

Considere:

- I. Que a população de onde a amostra foi retirada é infinita e tem distribuição normal com desvio padrão igual a 1 ano.
- II. Para a estimativa pontual de  $\mu$  a média aritmética das 100 idades apresentadas, calculada considerando que todos os valores incluídos num intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo.

Nessas condições, o intervalo de confiança para  $\mu$ , em anos, com coeficiente de confiança igual a 77%, baseado nessa amostra, é dado por

- (A) (22,38; 22,62)
- (B) (20,40; 22,60)
- (C) (21,95; 22,85)
- (D) (22,35; 22,65)
- (E) (20,30; 22,70)



32. Suponha que a nota em conhecimentos gerais dos indivíduos que prestaram um determinado concurso público tenha distribuição normal com média 5 e desvio padrão 1,5. Suponha, ainda, que foram selecionados, ao acaso e com reposição, 4 indivíduos que prestaram o referido concurso. Nessas condições, a probabilidade de que exatamente 2 indivíduos dessa amostra tenham obtido nota maior do que 6,92 é igual a
- (A) 5,95%  
(B) 4,96%  
(C) 5,15%  
(D) 4,86%  
(E) 3,84%
- 
33. Seja  $X$  a variável aleatória que representa o número de sucessos em 6 ensaios de Bernoulli independentes e onde a probabilidade de sucesso, em cada ensaio, é sempre igual a  $p$ . Deseja-se testar a hipótese nula  $H_0: p = 0,7$  contra a hipótese alternativa  $H_a: p = 0,5$ .
- Se rejeita-se  $H_0$  quando ocorrerem menos do que 4 sucessos, a probabilidade do erro do tipo II é igual a
- (A)  $3/8$   
(B)  $25/64$   
(C)  $11/32$   
(D)  $21/128$   
(E)  $19/64$
- 
34. O número de falhas mensais de um computador é uma variável que tem distribuição de Poisson com média  $\lambda$ . Sabe-se que  $\lambda$  é igual à média de uma distribuição uniforme no intervalo  $[2, 4]$ . Nessas condições, a probabilidade de o computador apresentar exatamente duas falhas no período de 15 dias é igual a
- (A) 22,50%  
(B) 12,50%  
(C) 24,15%  
(D) 15,25%  
(E) 24,75%
- Dados:  
 $e^{-3} = 0,05$ ;  
 $e^{-1,5} = 0,22$ .
- 
35. Considere as seguintes afirmações:
- I. O histograma é um gráfico apropriado para verificar o grau de associação linear entre duas variáveis aleatórias quantitativas.
- II. Se duas variáveis  $X$  e  $Y$  apresentam correlação linear inversa, o coeficiente de correlação linear entre elas será um número negativo menor do que  $-1$ .
- III. As amostras I e II dadas abaixo possuem a mesma variância amostral igual a 10.
- Amostra I: 1 3 5 7 9  
Amostra II: 11 13 15 17 19
- IV. A distribuição  $t$  de Student é apropriada para se fazer inferências sobre a média de uma população quando o desvio padrão dessa população é desconhecido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.  
(B) II e IV.  
(C) I e III.  
(D) I e II.  
(E) III e IV.



36. A senha requerida para ligar um computador é formada pelas mesmas 8 letras da palavra TERESINA, com as vogais ocupando as 4 primeiras posições e, as consoantes, as 4 últimas. Conhecendo apenas essas informações, uma pessoa que deseja usar o computador vai digitando todas as possíveis senhas, até acertar a correta. Se essa pessoa nunca digitar a mesma senha mais de uma vez, conseguirá descobrir a senha correta em, no máximo,
- (A) 240 tentativas.  
(B) 144 tentativas.  
(C) 576 tentativas.  
(D) 196 tentativas.  
(E) 288 tentativas.
- 
37. Uma empresa fabrica dois tipos de latas cilíndricas para embalar alimentos. O volume da lata tipo I é o dobro do volume da lata tipo II, mas a quantidade de material gasta para fabricar a superfície lateral dos dois tipos de latas é igual. Dessa forma, a altura da lata tipo I é igual
- (A) ao quádruplo da altura da lata tipo II.  
(B) ao dobro da altura da lata tipo II.  
(C) à altura da lata tipo II.  
(D) à metade da altura da lata tipo II.  
(E) à quarta parte da altura da lata tipo II.
- Dados: Em uma lata cilíndrica qualquer:
- o volume é diretamente proporcional à altura e também diretamente proporcional ao quadrado do diâmetro da lata;
  - a quantidade de material gasta para fabricar a superfície lateral é diretamente proporcional à altura e também diretamente proporcional ao diâmetro da lata.
- 
38. Em uma sequência de números inteiros, o primeiro elemento vale 1 e o segundo elemento vale  $-1$ . A partir do terceiro, cada elemento é igual ao produto dos dois elementos imediatamente anteriores a ele. A soma dos primeiros 2015 elementos dessa sequência é igual a
- (A)  $-671$ .  
(B)  $-673$ .  
(C)  $-1$ .  
(D)  $-2013$ .  
(E)  $-2015$ .
- 
39. As afirmações a seguir, todas verdadeiras, foram feitas pelo chefe do departamento de Imunologia de uma faculdade de medicina, referindo-se a eventos que poderiam acontecer no ano de 2014.
1. Se o projeto for aprovado, o departamento receberá novos computadores e terá seu laboratório reformado.
  2. Se o laboratório for reformado, passará a ter capacidade para processar o sangue de 50 pacientes por dia.
  3. Se for possível processar o sangue de 50 pacientes por dia, o número de atendimentos diários no ambulatório será duplicado.
- A partir dessas informações, é correto concluir que, se a capacidade de processamento de sangue do laboratório do departamento de Imunologia, em 2015, é de apenas 25 pacientes por dia, então, necessariamente,
- (A) o departamento não recebeu novos computadores.  
(B) o número de atendimentos diários no ambulatório não foi duplicado.  
(C) o laboratório do departamento foi reformado.  
(D) o projeto citado pelo chefe do departamento não foi aprovado.  
(E) a capacidade de processamento de sangue do laboratório manteve-se constante.
- 
40. Na eleição para síndico de um edifício, houve cinco candidatos e um total de 186 votos. O vencedor e o último colocado obtiveram 42 e 34 votos, respectivamente. Sabendo que não houve empate entre quaisquer dois candidatos, o número de votos obtido pelo terceiro colocado
- (A) certamente foi 36.  
(B) pode ter sido 36 ou 37.  
(C) certamente foi 37.  
(D) certamente foi 38.  
(E) pode ter sido 38 ou 39.



**Direito Civil e Penal**

41. Durante processo de divórcio, Tício simulou ter vendido todos seus bens móveis a Mévio, a fim de fraudar a partilha de bens. O negócio celebrado entre Mévio e Tício é

- (A) nulo e cognoscível de ofício, pelo juiz, não podendo ser convalidado pelas partes.
- (B) anulável, mas passível de convalidação pelas partes, a quem cabe a iniciativa exclusiva do pedido de invalidação.
- (C) nulo, não cognoscível de ofício, pelo juiz, e passível de convalidação pelas partes.
- (D) nulo, cognoscível de ofício, pelo juiz, e passível de convalidação pelas partes.
- (E) anulável e cognoscível de ofício, pelo juiz, não podendo ser convalidado pelas partes.

42. Raul, dirigindo em alta velocidade, abalroou o veículo de Daniel, que ajuizou ação de indenização. A responsabilização de Raul se dará mediante comprovação de

- (A) dano, nexo de causalidade e culpa, na modalidade subjetiva.
- (B) dano e nexo de causalidade, na modalidade objetiva.
- (C) dano e nexo de causalidade, na modalidade subjetiva.
- (D) dano, nexo de causalidade e culpa, na modalidade objetiva.
- (E) dano apenas, na modalidade objetiva.

43. De acordo com o Código Civil,

- (A) a garantia contra os vícios redibitórios independe de estipulação expressa.
- (B) nos contratos de adesão, pode-se renunciar antecipadamente a direito inerente à natureza do negócio.
- (C) pode-se estipular, como objeto de contrato, herança de pessoa viva que tenha sido interdita.
- (D) em contrato de adesão, quando houver cláusulas ambíguas ou contraditórias, o juiz deverá interpretá-lo em favor da parte que o elaborou.
- (E) o contrato preliminar deve conter todos os requisitos do contrato a ser celebrado, incluindo a forma.

44. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

- (A) o fornecedor não será responsabilizado se comprovar culpa concorrente do consumidor.
- (B) podem postular indenização apenas as pessoas que houverem adquirido ou utilizado o produto ou serviço causador do dano.
- (C) a responsabilidade do profissional liberal é apurada mediante verificação de culpa.
- (D) a responsabilidade civil afere-se sempre de maneira objetiva.
- (E) o comerciante é sempre responsabilizado direta e solidariamente com o fabricante pelos danos decorrentes de defeito do produto.

45. No que se refere a sucessões, considere:

- I. O herdeiro responde por encargos até as forças da herança, cabendo ao credor a prova de que inexistente excesso.
- II. Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da partilha.
- III. O direito à sucessão aberta pode ser objeto de cessão por escritura pública.
- IV. Tem-se como não verificada a transmissão quando o herdeiro renuncia à herança.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

46. O pacto antenupcial

- (A) quando realizado por menor, tem a eficácia sempre condicionada à aprovação de seu representante legal.
- (B) é ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- (C) terá efeito perante terceiros a partir de sua elaboração, desde que constante de escritura pública.
- (D) é anulável se não realizado por escritura pública.
- (E) pode ser realizado por instrumento particular, desde que contenha os mesmos requisitos do testamento particular.

47. Acerca da aquisição da propriedade pelo registro do título, considere:

- I. O alienante de bem imóvel continua a ser havido como dono até registro do título traslativo.
- II. A transferência da propriedade imóvel se dá com o acordo de vontades, desde que constante de escritura pública.
- III. O proprietário pode reivindicar o imóvel em caso de cancelamento de registro que não exprima a verdade, independentemente de boa-fé ou do título do terceiro adquirente.
- IV. Enquanto pendente ação para invalidação do registro, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.

Está correto o que se afirma em

- (A) IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, apenas.



<p>48. No crime de concussão, o funcionário público</p> <p>(A) exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.</p> <p>(B) apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.</p> <p>(C) modifica ou altera sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.</p> <p>(D) dá às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.</p> <p>(E) solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Administração Pública</b></p> <p>51. Os conceitos de descentralização e desconcentração englobam</p> <p>(A) descentralização por colaboração, quando, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, se transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado.</p> <p>(B) descentralização administrativa, que corresponde à distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, de acordo com a organização hierárquica.</p> <p>(C) descentralização territorial ou geográfica, que se verifica quando um ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central, com fundamento na Constituição Federal.</p> <p>(D) desconcentração funcional ou técnica, que corresponde à distribuição de competências de uma para outra pessoa jurídica, criada para receber a titularidade do serviço.</p> <p>(E) desconcentração administrativa, que se verifica com a instituição de entidades da Administração pública indireta, como autarquias e fundações.</p>
<p>49. No crime de ordenar despesas não autorizadas por lei</p> <p>(A) o sujeito passivo é a fazenda pública.</p> <p>(B) o sujeito ativo é o agente político que ordena a despesa.</p> <p>(C) a objetividade jurídica é a probidade administrativa.</p> <p>(D) o tipo subjetivo é exclusivamente doloso, sendo suficiente o dolo genérico.</p> <p>(E) o <i>iter criminis</i> deve ter conotação econômica.</p>	<p>52. Entre as características do modelo de gestão administrativa patrimonialista pode ser apontado, em uma análise crítica,</p> <p>(A) a ausência de carreiras administrativas, bem assim de clara distinção entre patrimônio público e privado.</p> <p>(B) o excesso de verticalização e padronização dos procedimentos.</p> <p>(C) a estrutura hierárquica inflexível, afastando a meritocracia e propiciando o abuso de poder pela autoridade central.</p> <p>(D) o apego exagerado às regras, privilegiando a forma em detrimento do interesse do cidadão.</p> <p>(E) a excessiva ênfase no conceito de supremacia do interesse público sobre o privado, colocando o administrado a serviço do Estado e não o contrário.</p>
<p>50. Constitui crime contra as relações de consumo</p> <p>(A) abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas.</p> <p>(B) vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com a prática comercial, ou que não corresponda à respectiva autorização oficial.</p> <p>(C) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal, ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.</p> <p>(D) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.</p> <p>(E) elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.</p>	<p>53. Governança, na Administração pública, pode ser entendida como</p> <p>(A) o poder de governar decorrente da legitimidade democrática, relacionado com a capacidade de assegurar condições sistêmicas e institucionais para que a organização cumpra sua função.</p> <p>(B) o braço instrumental da governabilidade, envolvendo o modo como o Governo se organiza para atender às necessidades da população.</p> <p>(C) a conjugação de políticas públicas voltadas ao combate de práticas ilícitas, tais como corrupção, nepotismo e favorecimentos pessoais.</p> <p>(D) um conjunto de medidas para assegurar a sinergia entre as diversas instâncias de poder, em especial legislativo e executivo, a fim de implementar as políticas públicas voltadas ao atendimento às necessidades do cidadão.</p> <p>(E) um sistema que se aplica exclusivamente às entidades privadas que integram a Administração pública, relativo à forma como estas são administradas, objetivando a geração e preservação de valor.</p> <p>54. É consenso que a atuação da Administração pública deve estar pautada pela busca do atendimento das necessidades e das expectativas da sociedade pelos serviços prestados. Quando o impacto final das ações da Administração atinge tal escopo, é correto dizer que seu desempenho corresponde ao grau de</p> <p>(A) eficácia.</p> <p>(B) eficiência.</p> <p>(C) efetividade.</p> <p>(D) economicidade.</p> <p>(E) accountability.</p>



<p>55. A crise enfrentada pelo Estado nos anos 1980, decorrente tanto das constrições fiscais como das distorções que a Administração havia experimentado nas décadas anteriores, inspirou a apresentação, sob o comando do então Ministro Bresser Pereira, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que contempla, entre suas diretrizes, a</p> <p>(A) institucionalização, que considera que a reforma independeria de alterações do marco constitucional e legal, sendo levada a efeito a partir de uma mudança cultural.</p> <p>(B) desestatização, que compreende a privatização e a terceirização de atividades do denominado núcleo estratégico.</p> <p>(C) publicização, baseada na transferência para organizações públicas não estatais de atividades não exclusivas de Estado.</p> <p>(D) introdução do conceito de propriedade pública não estatal, aplicável aos setores voltados à produção para o mercado.</p> <p>(E) transferência para a União das ações de caráter regional, reservando aos Estados as de caráter meramente local.</p>	<p>58. Uma das formas consagradas de parceria entre governo e sociedade corresponde à atuação das denominadas Organizações Sociais, que podem ser definidas como</p> <p>(A) entidades da sociedade civil, organizadas sob a forma de associação, que celebram Termo de Parceria com o setor público para execução de ações de interesse público.</p> <p>(B) entidades que passam a integrar a Administração Indireta, mediante ato de qualificação vinculado ao cumprimento de indicadores de qualidade.</p> <p>(C) serviços sociais autônomos, voltados à implementação de ações sociais de interesse público, parcialmente custeadas com contribuições de setores econômicos.</p> <p>(D) entidades paraestatais, sujeitas ao regime jurídico privado e aos princípios aplicáveis à Administração pública, que recebem recursos públicos mediante convênios.</p> <p>(E) entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem qualificação específica e delegação do Poder público para desempenhar serviço público não exclusivo.</p>
<p>56. Considere as afirmações abaixo:</p> <p>I. Ação catalizadora, promovendo a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.</p> <p>II. Atuação competitiva, introduzindo a competição na prestação de serviços com a finalidade de aumentar a eficiência.</p> <p>III. Atribuição de responsabilidades aos cidadãos, que são chamados a participar da fiscalização/control dos serviços públicos.</p> <p>Aplica-se o conceito de governo empreendedor o que consta em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I, apenas.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>59. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP foi um marco importante na Administração pública federal, com a introdução de características de administração</p> <p>(A) gerencial, com foco na gestão de resultados.</p> <p>(B) burocrática, com ênfase na centralização e reorganização da Administração, gestão de pessoal e racionalização de procedimentos.</p> <p>(C) empreendedora, com ênfase na atuação de fomento.</p> <p>(D) patrimonialista, com ampla criação de órgãos e entidades governamentais.</p> <p>(E) pré-Gerencial, com a introdução de conceitos de avaliação de desempenho.</p>
<p>57. Na Administração pública federal, a gestão pública por resultados foi introduzida com o PPA 2000-2003, denominado Avança Brasil. Esse modelo de Administração, tem como característica</p> <p>(A) a avaliação de desempenho dos servidores, por meio do cumprimento das metas estabelecidas no Orçamento por Resultados.</p> <p>(B) o planejamento estratégico orientando a elaboração do orçamento público.</p> <p>(C) a instituição de remuneração por resultados, mediante o estabelecimento de contratos de gestão com os servidores.</p> <p>(D) o fortalecimento do planejamento orientando a atuação administrativa e sua maior integração com o orçamento.</p> <p>(E) a administração por objetivos, na qual são impostos aos administradores os resultados a serem alcançados.</p>	<p>60. Uma das metodologias bastante utilizada para viabilizar a avaliação e mensuração do desempenho das instituições, tanto privadas como governamentais, alinhada com o modelo de gestão estratégica, é o <i>Balanced Scorecard</i> – BSC, que</p> <p>(A) prioriza os indicadores ligados ao aprendizado operacional, que substituem os de natureza estritamente financeira.</p> <p>(B) utiliza a gestão por competências como principal ferramenta de definição estratégica.</p> <p>(C) se fundamenta no conceito de reengenharia, com ampla revisão de processos e procedimentos.</p> <p>(D) utiliza o mapa estratégico para definição dos indicadores alinhados às guias operacionais.</p> <p>(E) alinha missão, visão e estratégias a conjunto equilibrado de indicadores, financeiros e não financeiros.</p> <p style="text-align: center;"><b>Direito Constitucional</b></p> <p>61. Confederação é um tipo de</p> <p>(A) acordo entre Estados soberanos.</p> <p>(B) forma de Estado.</p> <p>(C) forma de governo.</p> <p>(D) sistema de governo.</p> <p>(E) regime de governo.</p>



62. Considere o seguinte excerto da emenda da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.024/DF, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, julgada em 03-05-2007 pelo Supremo Tribunal Federal:
- A "forma federativa de Estado" – elevado a princípio intangível por todas as Constituições da República – não pode ser conceituada a partir de um modelo ideal e apriorístico de Federação, mas, sim, daquele que o constituinte originário concretamente adotou e, como o adotou, erigiu em limite material imposto às futuras emendas à Constituição; de resto as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, § 4º, da Lei Fundamental enumera, não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.*
- Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a forma federativa de Estado adotada pela Constituição brasileira
- (A) é cláusula pétrea que impede seja modificada toda e qualquer norma constitucional pertinente ao modelo federativo estabelecido.
- (B) pode ser objeto de modificação que não seja tendente a abolir a federação.
- (C) implica compreender a federação a partir do modelo americano clássico mimetizado pelo constitucionalismo brasileiro.
- (D) não é limite material ao poder constituinte derivado.
- (E) protege mais regras específicas do modelo federativo adotado e menos o núcleo essencial dos respectivos princípios aplicáveis.
63. Quando do ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, devem demonstrar pertinência temática o
- (A) Presidente da República e Governador de Estado.
- (B) Presidente da República e partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) Governador de Estado ou do Distrito Federal e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Governador de Estado ou do Distrito Federal e partido político com representação no Congresso Nacional.
- (E) Governador de Estado ou do Distrito Federal e confederação sindical.
64. Na Constituição brasileira de 1988, o pluralismo político é um dos
- (A) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (C) princípios da República Federativa do Brasil.
- (D) direitos fundamentais dela constantes.
- (E) direitos políticos dela constantes.
65. Na Constituição brasileira de 1988, o inquérito civil e a ação civil pública aparecem dentre as funções institucionais do Ministério Público para a proteção
- (A) dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros.
- (B) do patrimônio cultural do povo brasileiro.
- (C) dos direitos individuais de brasileiros e estrangeiros.
- (D) do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- (E) dos direitos sociais dos trabalhadores.
66. Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal desde
- (A) a posse.
- (B) a eleição.
- (C) a expedição do diploma.
- (D) o início da legislatura.
- (E) a proclamação do resultado da eleição.
67. Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, é competência
- (A) exclusiva do Congresso Nacional.
- (B) privativa da Câmara dos Deputados.
- (C) exclusiva do ente federado interessado.
- (D) privativa do Senado Federal.
- (E) do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.
68. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, imposto esse que
- (A) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se deu o falecimento do *de cuius*, ou ao Distrito Federal.
- (B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (C) terá competência para sua instituição regulada por lei se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.
- (D) terá competência para sua instituição regulada por lei se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior.
- (E) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar.
69. Lei disporá sobre
- (A) finanças públicas.
- (B) concessão de garantias pelas entidades públicas.
- (C) emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (D) fiscalização financeira da Administração pública direta e indireta.
- (E) moeda.
70. O Governador do Estado do Piauí pode adotar medidas provisórias com força de lei
- (A) para disciplinar o vencimento do IPVA.
- (B) para reduzir ou aumentar as alíquotas do ICMS.
- (C) em caso de calamidade pública.
- (D) sobre o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares.
- (E) sobre organização e funcionamento da Administração pública estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.



### Direito Administrativo

71. Motivado por interesses políticos, um administrador público determinou fiscalização sanitária pelo órgão competente em estabelecimento comercial, tendo sido constatada uma série de irregularidades pelos agentes públicos, dentre elas, o armazenamento de mercadorias perecíveis com data de validade expirada. Foram determinadas, assim, nos termos do que autoriza a lei, a apreensão das mercadorias, a lavratura de auto de infração e a imposição de multa, sem prejuízo do fechamento do estabelecimento. A atuação da Administração
- (A) constitui desvio de finalidade, tendo em vista que o poder de polícia não abrange medidas coercitivo-materiais sem autorização do Poder Judiciário.
- (B) pode ser considerada nula, tendo em vista que a motivação do ato que determinou a fiscalização eiva de vício as diligências promovidas e irregularidades constatadas.
- (C) configura expressão do poder de polícia, devendo ser mantidas as medidas coercitivas e sancionatórias em face das provas obtidas, sem prejuízo de eventual responsabilização do administrador pela conduta indicada.
- (D) excede os limites do poder de polícia, que se restringe a medidas preventivas e limitadoras, em tese, dos direitos e liberdades individuais dos administrados.
- (E) é regular e válida, tendo em vista que a motivação ou o motivo dos atos administrativos não são relevantes para análise de sua validade ou eficácia, importando apenas a consequência.
72. Diante de levantamentos e estudos dos setores produtivos de determinado Estado, a Administração Estadual pretende atrair para seu território determinado setor do mercado de tecnologia, do qual constatou ser carente, a fim de fomentar o desenvolvimento e promover incremento da arrecadação com impostos, além de viabilizar a criação de relevante número de empregos diretos e indiretos no Estado. Para tanto, disponibilizará um terreno de grandes dimensões para instalação de um parque industrial tecnológico, mediante outorga de concessões de uso de partes da área às empresas do setor que se interessarem. Esse projeto da Administração pública
- (A) é inconstitucional, na medida em que o emprego de terrenos públicos para projetos particulares encontra vedação constitucional expressa.
- (B) é ilegal e irregular, tendo em vista que não cabe à Administração estadual promover interferências diretas para beneficiar setores específicos privados, devendo limitar-se à instituição de benefícios indiretos pela alocação de unidades empresariais.
- (C) é válida e regular, tendo em vista que inexistente vedação para o Poder Público alocar seu patrimônio imobiliário a serviço da iniciativa privada que, ao fim da ocupação, terá direito à aquisição compulsória da parcela do terreno.
- (D) é regular e válida, tendo em vista que se insere dentro dos limites das atividades de fomento, devendo atentar a Administração para eventual necessidade de instauração de licitação, caso haja mais potenciais interessados do que espaço disponível.
- (E) será regular desde que as empresas interessadas integrem a Administração Indireta ou se enquadrem em hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
73. Sabe-se que os contratos administrativos diferem dos contratos regidos pelo direito privado. São muitas as peculiaridades e derivações, podendo ser destacada, como característica privativa daqueles contratos em face dos contratos regidos pelo direito privado, a
- (A) possibilidade de prorrogação do prazo de vigência, independentemente da natureza do objeto, a fim de atender o interesse público.
- (B) necessidade de autorização legislativa específica para celebração de contratos de fornecimento e de prestação de serviços.
- (C) inexecução dos contratos, que enseja imediata suspensão dos pagamentos devidos pela Administração pública, independentemente da natureza jurídica do objeto da avença.
- (D) necessidade de indenização do contratado por danos concretos e lucros cessantes no caso de rescisão do contrato, ainda que se esteja diante de hipótese de culpa do contratado, como caducidade ou encampação.
- (E) duração de grande parte dos contratos administrativos adstrita à vigência dos créditos orçamentários a eles relativos.
74. Autoridades policiais efetuaram a prisão de determinado cidadão, sob a acusação de prática de ilícito penal qualificado. Durante a tramitação da ação penal, o réu persistia alegando sua inocência, afirmando que jamais estivera no local dos fatos. Dois anos após o início da ação penal, em atendimento de urgência, as autoridades policiais locais efetuaram a prisão em flagrante de outro cidadão pela prática de crime da mesma natureza daquele que motivou a condenação acima mencionada, ocasião em que se constatou homonímia em relação às duas pessoas. Checados os documentos de identificação, restou apurado que coincidiam, não só o nome dos homônimos, mas também de suas genitoras. O primeiro cidadão mencionado terminou por ser absolvido e posto em liberdade. Em relação a este, considerando o período em que foi injustamente privado de sua liberdade
- (A) responde civilmente o Estado, sob a modalidade subjetiva, na medida em que os atos de determinar e efetuar a prisão são de natureza comissiva e, como tal, prescindem da demonstração de culpa dos agentes públicos.
- (B) responde civilmente o Estado em razão da ação ou omissão das autoridades policiais, não se podendo imputar responsabilidade baseada na atuação do magistrado da ação penal, tendo em vista que não pode ser considerado servidor público e, portanto, agente público para fins de responsabilização.
- (C) não responde civilmente o Estado, em razão dos agentes públicos terem agido em estrito cumprimento do dever legal, o que exclui a responsabilidade ainda que seja identificado nexo de causalidade entre a ação estatal e os danos causados.
- (D) responde civilmente o Estado no caso de ser demonstrada ação ou omissão dos agentes públicos ou mesmo do serviço, incluído o magistrado que atuou na ação penal, que forme nexo de causalidade com os danos experimentados pelo cidadão que ficou preso indevidamente.
- (E) não responde civilmente, salvo se ficar comprovada culpa do magistrado, ou seja, que tinha como identificar a homonímia, não se estendendo a responsabilização à atuação dos agentes policiais, em razão do ato ser escopo de sua atuação.



75. A prestação de serviços públicos regida pela Lei nº 8.987/95 possui características próprias, conferindo prerrogativas a seu prestador e garantias ao usuário. Como forma de expressão desses aspectos, não obstante a execução de contratos dessa natureza guardem muitas semelhanças com as avenças regidas pela Lei nº 8.666/93, destacam-se algumas distinções, tais como
- (A) o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro para o contratado, ao qual é facultada a definição unilateral da forma de restabelecimento daquele.
  - (B) a impossibilidade de exigir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quando o desequilíbrio resultar de decisão da Administração cuja finalidade seja preservar a modicidade tarifária.
  - (C) a impossibilidade de estabelecimento de tarifas com valores diferenciados em razão de distinções entre os usuários, tendo em vista que o princípio da modicidade tarifária exige a imposição do menor valor para todos os usuários, indistintamente.
  - (D) a prerrogativa de rescisão unilateral do contrato diante de inadimplência do poder concedente ou desequilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista que a reduzida margem de lucro desse tipo de contrato não permite que o contratado experimente prejuízos.
  - (E) a impossibilidade de interrupção da prestação do serviço por decisão unilateral do contratado diante de inadimplência do poder concedente, em razão da natureza do objeto contratual.
76. A Administração estadual inaugurou recentemente um parque urbano de lazer de grande dimensão em uma região que era desprovida de espaços públicos. Como o local é afastado do centro urbano, inexistente adequada estrutura de serviços para dar suporte à população que passará a frequentar e se deslocar para lá. Diante desse quadro, pretende a Administração pública instalar dentro dos limites do referido parque urbano, um bolsão de estacionamento e alguns quiosques para lanchonetes e outras atividades que se façam necessárias. A pretensão da Administração
- (A) não pode ter êxito, tendo em vista que os bens de uso comum do povo não admitem a utilização de espaços privativos por particulares.
  - (B) possui amparo legal somente no que concerne ao bolsão de estacionamento, que será delimitado e excluído dos limites do parque, para que seja cabível licitação para escolha do particular que explorará o espaço.
  - (C) pode ser viabilizada por meio de licitação para outorga de autorizações de uso remuneradas, cabendo à Administração demonstrar a necessidade dos serviços e a compatibilidade do uso com a principal vocação do espaço público.
  - (D) deve ser operacionalizada mediante outorgas de concessões de uso precárias e por prazo indeterminado, passíveis de revogação a qualquer tempo e desde que a escolha se faça mediante licitação.
  - (E) depende de demonstração da necessidade das atividades e de desafetação dos perímetros destinados para essa finalidade, para que seja realizada licitação para outorga de contratos de permissão de uso ou autorização de uso.
77. As autarquias foram instituídas no contexto de descentralização das atividades estatais, possuindo fundamental relevância no desempenho das competências constitucionais atribuídas às pessoas políticas. O desempenho das atividades atribuídas às autarquias
- (A) não pode contemplar a delegação da titularidade de serviços públicos, somente sua execução, eis que essas atividades são privativas e exclusivas das pessoas políticas indicadas nas normas constitucionais.
  - (B) pode contemplar a execução de serviços públicos e ser prestada por empregados submetidos ao regime jurídico trabalhista, não obstante sofram inflexões do regime público, como no caso da investidura.
  - (C) pode ser feito por servidores denominados empregados públicos quando aquelas atividades forem típicas da prestação por empresas estatais, tendo em vista que nesse caso o ente passa a se submeter ao regime jurídico privado.
  - (D) permite a contratação de servidores estatutários, empregados públicos e de comissionados, aos quais não se aplica a vedação ao nepotismo, restrito à Administração direta.
  - (E) exige que o regime a que se sujeitam seus servidores seja o mesmo previsto para a Administração direta, não sendo possível a submissão a regime jurídico trabalhista, em razão de se consubstanciarem em *longa manus* do Poder Público.
78. A Constituição Federal assegura alguns direitos e garantias aos cidadãos, ao lado de prerrogativas à Administração pública. Essa relação demanda equilíbrio, tarefa conferida, muitas vezes, à legislação infraconstitucional. Assim, na maior parte dos diplomas editados, há garantia aos administrados do direito à informação, consagrado na Lei nº 12.527/11, que conta com aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/99. Referido diploma reconhece o direito à informação,
- (A) o que não pode ser concedido em caráter absoluto, ressalvando-se a possibilidade de sigilo quando a lei assim o permitir e seja necessário à manutenção da segurança, tais como projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos.
  - (B) o que não contempla acesso aos documentos em si, sendo facultado à Administração fornecer certidão, com fé pública, indicando o conteúdo, informações e decisões constantes daqueles documentos.
  - (C) desde que previamente comprovado interesse direto na questão, como forma de expressão do princípio da publicidade.
  - (D) concomitante ao direito de defesa, quando cabível, visto que o princípio do contraditório e da ampla defesa pode ser excepcionado em hipóteses de necessidade de sigilo para manutenção da segurança nacional.
  - (E) o que enseja imediata disponibilização das informações e documentos solicitados pelo administrado, bastando que apresente pedido fundamentado, sendo vedado à Administração recusar-se a fazê-lo, tampouco diferir o acesso pleiteado.



79. As empresas estatais integram a Administração Indireta e podem exercer funções com natureza de serviço público ou de atividade econômica. A natureza das atividades que desempenham
- (A) pode predicar o regime jurídico aplicável aos bens da empresa, tendo em vista que as prestadoras de serviço público podem receber a proteção do regime jurídico de direito público para proteção dos bens afetados àquele serviço.
  - (B) determina o regime trabalhista de seus funcionários, tendo em vista que as prestadoras de serviço público somente podem contar com servidores efetivos, ocupantes de cargos públicos providos mediante concurso público.
  - (C) determina a composição do capital social e o nível de participação do ente que as criou, visto que apenas as exploradoras de atividade econômica permitem participação minoritária do ente político que as criou.
  - (D) maneja o nível de controle exercido pelo ente que as criou, possibilitando que a Administração central forme relação de hierarquia com as empresas prestadoras de serviço público.
  - (E) predica a existência ou não de controle por parte da Administração central e do legislativo sobre o ente, tendo em vista que somente as estatais prestadoras de serviço público ficam sujeitas à sindicância por parte das três esferas de Poder.

80. Foi iniciada uma licitação para contratação de obras de construção de diversos equipamentos públicos no fim do exercício em curso. Coincidiu com o início do novo exercício o início de nova gestão, cujos dirigentes constataram, em atividade de verificação sobre todas as contratações da Pasta, que não havia, nem haverá, recursos para o custo integral das obras, tampouco da parcela a ser executada naquele exercício orçamentário. Diante desse cenário, cabe ao administrador
- (A) concluir a licitação em curso e diferir a assinatura do contrato até o ingresso de receitas suficientes para custear a aquisição.
  - (B) anular a licitação, como expressão do poder da Administração de rever seus próprios atos, tendo em vista que a lei exige a demonstração da existência e indicação de recursos orçamentários.
  - (C) revogar a licitação, sob o critério da conveniência e oportunidade, tendo em vista que o administrador pode não reputar adequado concluir uma licitação que já se sabe não estar lastreada na existência de recursos.
  - (D) ajuizar imediata ação judicial para que seja autorizada a anulação do procedimento licitatório, tendo em vista que o poder de revisão dos próprios atos por parte da Administração pública incide até o início do procedimento.
  - (E) consultar os licitantes sobre o interesse no prosseguimento do certame, facultando adaptar a proposta às potenciais oscilações de preço, considerando o possível alongamento do procedimento.